

PEQUENO EXPEDIENTE
(ABERTURA DA SESSÃO)

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Em nome de Deus e da democracia, declaro aberta a presente Sessão.

(PRIMEIRA PARTE – LEITURA DA ATA)

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Convido o Deputado Elizeu Nascimento para que possa fazer a leitura da Ata e o Deputado Eduardo Botelho para leitura dos Expedientes. (OS SRS. DEPUTADOS EDUARDO BOTELHO E ELIZEU NASCIMENTO ASSUMEM A 1ª E 2ª SECRETARIAS, RESPECTIVAMENTE; E O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 16 DE JUNHO DE 2021, ÀS 13H54MIN.)

O SR. 2º SECRETÁRIO (ELIZEU NASCIMENTO) – Sem mais, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Em discussão a Ata lida pelo Deputado Elizeu. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão. Os contrários se manifestem. (PAUSA) Aprovada.

(PRIMEIRA PARTE – EXPEDIENTE)

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Peço ao Deputado Botelho que faça a leitura dos Expedientes.

O SR. 1º SECRETÁRIO (EDUARDO BOTELHO) – Não há Expediente a ser lido, senhor Presidente.

Secretaria de Serviços Legislativos

(SEGUNDA PARTE – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES)

(NÃO HOUVE SEGUNDA PARTE – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES)

(AS PROPOSIÇÕES APRESENTADAS NESTA SESSÃO ESTÃO DISPONÍVEIS EM:
<https://www.al.mt.gov.br/parlamento/documentos/parlamentares?tipo=10&sessaoPlenariaAta=&sesaoPlenariaSumula=&sessaoPlenaria=&palavraChave=&dataIni=06/07/2021&numDocumento=&anoDocumento=&dataInicio=&dataFinal=&search=&page=2>)

GRANDE EXPEDIENTE
(NÃO HOUVE GRANDE EXPEDIENTE.)

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Não havendo Expediente a ser lido, vamos... Quero pedir aos Deputados para que possam, se entenderem assim, abrir mão do Pequeno Expediente, para que possamos dar sequência à Sessão e fazer a votação dos projetos e da redação final do projeto da Empaer. Aprovado. Vamos à Ordem do Dia.

Em redação final, PEC nº 10/2021 (PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10/2021), de Lideranças Partidárias, que acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Mato Grosso, em redação final.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 42ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 6 DE JULHO DE 2021, ÀS 18H58MIN.

Em discussão... Para discutir, Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS – Senhor Presidente, vou ser bem breve aqui, eu quero agradecer a cada um dos colegas Deputados, todos os colegas Deputados votaram favoráveis duas vezes essa matéria.

Quero aqui, em nome dos servidores da Empaer, registrar a (PRESENÇA) da Mavilneide, do Deucimar, do Zé Reis, que eu reencontrei depois de tantos anos, foi nosso aluno no cursinho pré-vestibular, do Zé, do Camilo – Camilo, eu sei que você em alguns momentos pensou em até fazer alguma bobagem, mas superou essa etapa acreditando nessa PEC, bola para frente, vida que segue, meu amigo –, do Gauchinho, do Pedro Carlotto, da Nega da Empaer, em nome dessas pessoas, eu quero deixar aqui um grande abraço a todos esses 61 servidores da Empaer.

E agradecer aos 24 Deputados Estaduais, que foram corajosos, exerceram a independência deste Poder, porque quem faz lei é o Legislativo, a nossa função precípua é fazer leis; ao Executivo cabe executá-las. Montesquieu, quando dividiu poder em três pedaços, deixou claro: um pedaço fará leis; outro fará o cumprimento das leis e, havendo conflito, um terceiro julgará, este é o Judiciário.

Então, nesta tarde e noite, o Parlamento mato-grossense cumpre a sua função principal, que é a função de fazer leis e, neste caso específico, uma lei extremamente justa, que respeita a história de uma instituição nascida em 1964 e, mais do que os 61 vitoriosos, quem mais ganhou hoje aqui foram as 150 mil famílias de agricultores familiares.

Um abraço, parabéns a todos vocês, felicidades. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Continua em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão. Os contrários se manifestem. (PAUSA) Aprovado com todos os votos dos Deputados presentes (E VAI AO EXPEDIENTE).

E amanhã, às 10h, nós vamos promulgar a PEC e vocês estão todos convidados para comparecer à Assembleia Legislativa. (APLAUSOS) Obrigado, sejam sempre bem-vindos à Casa do povo mato-grossense.

Em 1ª votação, Projeto de Lei Complementar nº 32/2021 (EM 1ª DISCUSSÃO), da Procuradoria-Geral de Justiça, que altera a Lei Complementar nº 416, de 22 de dezembro de 2010, que institui a Lei Orgânica e o Estatuto do Ministério Público de Mato Grosso. Parecer favorável da Comissão Especial.

Em discussão. Em votação... Pedido de vista, Deputado Faissal, Deputado Lúdio, compartilhada, Deputado Paulo Araújo também e o Deputado João Batista também, Deputado Elizeu Nascimento também, Deputado Ulysses Moraes também, vista compartilhada aos nobres Deputados.

Em 1ª votação, Projeto de Lei nº 601/2021 (EM 1ª DISCUSSÃO), da Procuradoria-Geral de Justiça, que altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.782, de 19 de julho de 2012, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreiras de Apoio Técnico-Administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso, fixa os valores dos subsídios e dá outras providências. Parecer favorável da Comissão de Trabalho e Administração Pública.

Em discussão. Em votação... Pedido de vista do Deputado Faissal, Deputado Lúdio, Deputado Ulysses, Deputado João Batista, mais algum Deputado pedindo vista? Elizeu Nascimento, vista compartilhada aos nobres Deputados.

Em 1ª votação, PL nº 600/2021, Mensagem nº 113/2021 (PROJETO DE LEI Nº 600/2021, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, EM 1ª DISCUSSÃO), que altera a Lei nº 10.709, de 28 de junho de 2018, e a Lei nº 8.059, de 29 de dezembro de 2003, e dá outras providências. Parecer favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária nos termos do Substitutivo Integral nº 1.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 42ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 6 DE JULHO DE 2021, ÀS 18H58MIN.

Em discussão... Para discutir, Deputado... Vista, Lúdio, ou discussão? Vista, pedido de vista ao Deputado Lúdio Cabral, tem cinco dias para devolver.

Em redação final, Projeto de Lei nº 754/2020, do Deputado Max Russi, que proíbe a extração de recursos pesqueiros nos entornos da barragem da Usina Hidrelétrica de Manso, em redação final.

Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão. Os contrários se manifestem. (PAUSA) Aprovado. Vai ao Expediente.

Em 1ª votação, PL nº 602/2021, Mensagem nº 120/2021 (PROJETO DE LEI Nº 602/2021, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, EM 1ª DISCUSSÃO), que altera dispositivos da Lei nº 11.321, de 23 de março de 2021, que dispõe sobre a criação e a concessão de auxílio emergencial com os recursos do Estado à pessoa economicamente vulnerabilizada em decorrência da emergência de saúde pública de importância internacional causada pela infecção do coronavírus, covid-19. Parecer favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Esse projeto é ampliação do programa SER Família. Esse programa era de três meses, o Governo está estendendo por mais dois e colocando que a cada dois meses vai pagar uma nova parcela no valor de 200 reais.

Então é um projeto que tem urgência, no mês que vem ele vence, esse será o último mês. Se nós aprovarmos, novamente será pago no próximo mês.

O Sr. Lúdio Cabral – Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Lúdio.

O SR. LÚDIO CABRAL – Primeiro, uma Questão de Ordem, eu pedi vista da Mensagem nº 113, que é o projeto que diz respeito ao FEEF.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Sim.

O SR. LÚDIO CABRAL – Está tramitando em dispensa de pauta, não está?

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Isso.

O SR. LÚDIO CABRAL – Então, o prazo para vista... Eu não preciso mais do que 24 horas.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Não, Lúdio, se você quiser devolver a vista agora, eu aceito e vou colocar em votação.

O SR. LÚDIO CABRAL – Em 24 horas, 24 horas.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Não, aí é até cinco dias. Você pode devolver no mesmo minuto, você sabe disso

O SR. LÚDIO CABRAL – Tá, eu quero também pedir vista dessa mensagem do SER Família.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Terá também cinco dias para a devolução. Pode devolver daqui dois minutos se assim entender.

Nos dois projetos do MP, concedida vista também ao Deputado Xuxu Dal Molin.

O Sr. Eduardo Botelho – Presidente?

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Deputado Botelho.

O SR. EDUARDO BOTELHO – Gostaria só de fazer aqui um apelo ao Deputado Lúdio, eu entendo que ele queira analisar melhor esse projeto, mas nós já fizemos uma discussão bastante grande em cima dele, já fizemos mudanças substanciais, nós estamos garantindo aí o recurso, inclusive até maior, para os hospitais filantrópicos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 42ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 6 DE JULHO DE 2021, ÀS 18H58MIN.

Eu entendo, assim como o senhor tem esse entendimento de que deveria ir para a saúde, mas nós estamos vivendo também num momento de pandemia, num momento de dificuldade, em que o social também faz parte da saúde.

Então, diante de todas as mudanças que nós fizemos, Deputado Lúdio, eu peço que o senhor analise essa possibilidade de o senhor já devolver essa vista para nós encerrarmos essa discussão hoje, se possível.

Porque não vejo assim com possibilidade... Deputado Xuxu, que estava mais relutante, debateu junto conosco, concordou, “tem que aprovar, vamos aprovar”, e os outros, todos os Deputados que participaram desse debate, dessa discussão.

Então, eu faço esse apelo para o senhor como homem socialista e que gosta da saúde, para que nós possamos garantir que esse recurso chegue a esses hospitais filantrópicos, para que eles continuem funcionando e atendendo a população.

Que o senhor devolva para nós podermos continuar a nossa votação.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Deputado Paulo Araújo.

O SR. PAULO ARAÚJO – Para discutir, Presidente.

Nobres Deputados, referindo-me à fala do nosso companheiro Deputado Botelho, mas eu gostaria de saber, inclusive... E aí, logicamente, o Deputado Lúdio vai ter oportunidade depois da vista de saber exatamente o que é que foi mudado no projeto do FEEF, projeto de extrema importância sem dúvida alguma para os hospitais.

Eu quero saber qual é o percentual que foi alterado e qual é a destinação que vai para o social. Eu concordo, sim, que uma parte vá para o social. Concordo que tem que ter um aumento significativo para os hospitais, mas precisamos saber exatamente qual é o aumento.

E, com relação ao projeto, Presidente, eu pedi, eu estava ali chamando, erguendo a mão ali, para que Vossa Excelência pudesse me dar oportunidade no projeto anterior, para mim é um absurdo, a política de remuneração do Estado de Mato Grosso deve ser só uma.

Nós não podemos admitir que o Ministério Público, Poder Judiciário, Poder Legislativo, Poder Executivo tenham ações diferente para servidores públicos, por exemplo, com relação à questão da remuneração, absurdo! Nós devemos unificar as ações em torno das remunerações de servidores públicos.

Por exemplo, pagamento de RGA, remuneração de servidores, nós não podemos criar uma animosidade grande dos Poderes, em que é concedido de repente o reajuste, tabela salarial para um determinado segmento em detrimento do outro. Por exemplo, o Detran é um dos menores salários do Estado de Mato Grosso, é justo nós continuarmos com o salário do Detran do jeito que está? Um advogado ganhar 3 mil reais, 3 mil e pouco para trabalhar 40 horas. Olha a diferença, nós temos advogados no Estado que recebem 15 mil reais, 20 mil reais, 25 mil reais, 30 mil reais, e um advogado do Detran ganha 3 mil e poucos reais!

Então, essa discussão em torno da política de remuneração do Estado de Mato Grosso deve ser única, vai pagar RGA, tem condições de pagar RGA, o órgão arrecadador, o Poder Executivo... Nós temos que fazer uma discussão ampla, pagar RGA para todo mundo ou não pagar RGA para ninguém, ou tenha uma política de remuneração de ganho para todos os Poderes, não só para um.

Agora, direcionado ao Lúdio: Lúdio, eu gostaria que Vossa Excelência, depois do pedido de vista, pudesse, ou o Deputado Botelho, que construiu... Qual é o percentual que está mudando do FEEF anterior para esse, qual é a expectativa de aumento de recursos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 42ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 6 DE JULHO DE 2021, ÀS 18H58MIN.

Porque eu sei que o percentual aumentou e com certeza vai aumentar também para os hospitais, mas qual é o percentual dos hospitais e para assistência social. Se o Presidente, se o nosso amigo Deputado Botelho puder esclarecer, acho que fica até fácil para todos que estão acompanhando.

O Sr. Lúdio Cabral – Presidente, o senhor me dá um...

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Deputado Paulo... Só um minuto, Lúdio. Deputado Paulo, você pediu vista naqueles dois projetos do MP também?

O SR. PAULO ARAÚJO – Pedi.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Pediu; anota, fazendo favor, vista compartilhada ao Deputado Paulo Araújo também.

Deputado Thiago Silva.

O SR. THIAGO SILVA – Senhor Presidente, colegas Deputados, eu vejo como... De vários projetos que nós temos hoje em pauta, esse do FEEF é um dos projetos mais importante, principalmente neste momento de pandemia, que a maioria desses hospitais filantrópicos – eu quero aqui ressaltar o trabalho da Santa Casa de Rondonópolis – atende pacientes com covid, então é importantíssimo a votação desse projeto nesta Sessão em que nós estamos, hoje, agora, debatendo esse projeto do FEEF.

Então, eu gostaria também de fazer um pedido para o Deputado Botelho ou para o Líder Dilmar para explicar melhor como que ficou esse projeto do FEEF, porque antes eram 20% para os hospitais filantrópicos, aí aumentou o percentual para 40%, porém dividindo esse recurso, uma parte para a saúde e outra parte para a assistência social.

Eu acho que houve outro encaminhamento aí, melhorando a parte da saúde. Então é importante deixar bem claro, bem transparente isso para todos os colegas Deputados, para que nós possamos votar de forma tranquila e de forma muito consciente.

Mas eu gostaria de pedir, além da explicação melhor de como ficou o texto do projeto, também para que o Deputado Lúdio possa devolver a vista do projeto, porque são várias pessoas de diversas regiões do Estado que estão acompanhando a votação desse projeto.

A própria direção da Santa Casa de Rondonópolis saiu cedo aqui de Rondonópolis, está aí para acompanhar a votação do projeto por entender a necessidade urgente da aprovação, da prorrogação desse recurso e também da necessidade de aumentar o valor em razão de que, há muito tempo, não faz a correção dos valores da tabela das UTIs aqui da Santa Casa de Rondonópolis.

Então, fica o meu pedido para que possa ser explicado como ficou o texto do projeto, os percentuais e também para que o Deputado Lúdio devolva a vista aí.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Lúdio, vai falar? Lúdio, vai falar?

O SR. LÚDIO CABRAL – Na verdade, Max, é assim, era só para... Eu estou sensível aos apelos dos colegas, mas eu acho que, sinceramente, inclusive pela fala dos Deputados que estão on-line, é importante termos um tempinho a mais para analisarmos esse projeto.

Eu estou sugerindo aqui que se convoque uma Sessão para amanhã, às 14h, é tempo suficiente para nós fazermos essa análise.

Aí eu quero aqui colocar as minhas preocupações em relação ao conteúdo do projeto. A proposta que o Governo mandou... O FEEF se extingue, ele tinha um prazo de 3 anos, se encerraria em 28 de junho, ele se extingue em 30 de junho de 2021, o que o Estado está propondo é que as fontes de onde vinham os recursos para o FEEF sejam destinadas para 2 fundos: o Fundo Estadual de Saúde e o fundo de assistência social, 50%, 50%.

Ora, na proposta original do Governo, na prática, de início, a saúde perde metade dos recursos que tem à sua disposição já de imediato; segundo, há uma série de setores que contribuem

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 42ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 6 DE JULHO DE 2021, ÀS 18H58MIN.

para o FEEF que foram retirados da proposta original do Governo, o que significa uma redução da arrecadação para o FEEF.

Quem garante que o FEEF arrecadará aquilo que tinham previsto para este ano se eu retiro seis setores contribuintes do FEEF, setor atacadista e varejista de materiais de construção, setor atacadista de gêneros alimentícios, industrializados, secos e molhados em geral, inclusive bebida, inclusive bebida, saídas interestaduais de farelo de soja, saída interestadual de óleo de soja degomado, saída interestadual de óleo de soja refinado e saídas internas de carnes e miudezas.

Ora, se, na proposta original do Governo, ele retira esses contribuintes para o fundo e não diz, na justificativa, qual o impacto financeiro disso, eu que tenho responsabilidade com a saúde tenho que analisá-lo.

Eu entendo que é essa a preocupação do Deputado Botelho. Agora, eu não li o substitutivo, eu preciso de algumas horas para fazer a leitura do substitutivo, para... (TEMPO ESGOTADO)... Para assegurar de verdade que os recursos aos hospitais filantrópicos serão mantidos; porque, na prática, o Governo está retirando recursos da saúde para colocar na assistência social.

Alguém aqui acredita que precisa fazer isso. Um Estado que arrecadou, no ano passado, 3 bilhões e 500 milhões de reais e mais tem todas as condições de alocar recursos ao fundo de assistência social sem precisar sacrificar a saúde, então é essa leitura que estou fazendo.

Pedi vista do programa Ser Família Emergencial também exatamente por causa disso, para propor alterações no conteúdo desse projeto que o torne permanente, que assegure um valor justo e que assegure fonte de recursos para que ele se viabilize. Não tem essa história, 3 meses, 150... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Então dois pedidos de vista, espero que devolvam os dois.

Deputado Dilmar.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Presidente, senhores Deputados, na mesma linha do Deputado Eduardo Botelho e explicando ao Deputado Thiago, Deputado Paulo Araújo.

Nós fizemos a conta bem simplória aqui, eu, junto com o Deputado Botelho, e hoje ficamos também, da mesma maneira, à disposição para discutir com todos os Parlamentares que assim o queriam, para a discussão, entendimento e leitura dos projetos. Deputado Sebastião Rezende, Deputado Nininho participou, Deputado Delegado Claudinei participou também do debate, Allan Kardec participou, Avallone participou, expliquei ao Deputado Xuxu Dal Molin.

Esses setores segmentados que foram retirados da cobrança são setores do comércio varejista, do setor atacadista, do setor de frigorífico, que, quando lá na 631, lá em 2019, também nós fizemos o compromisso, Deputado Cattani, de que eles não iam contribuir mais com o FEEF no aumento da carga tributária.

Isso tudo foi acordado e não foi cumprido, e essa lei do FEEF foi feita em 2018, aprovada em junho de 2018 com prazo de vencimento para junho de 2021, ela deveria ser extinta. O que foi buscado agora o entendimento, Deputado Max, Botelho, de que o setor que tem o incentivo fiscal, não está no Prodeic, que é o setor das trades e das commodities, que querem contribuir... E a contribuição deles traz um avanço muito grande a essa lei.

Fizeram uma conta ali se caso, Deputado Cattani, hoje o Estado arrecadasse 6 milhões de reais como base de um valor, não é este o valor, ele está chegando na faixa de 70 milhões de reais do FEEF; mas, se fossem os 6 milhões de reais, os 6 milhões de acordo com a lei que estava vigente, ela teria o valor de 1 milhão e 200... Dos 6, 1 milhão e 200 distribuídos aos hospitais filantrópicos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 42ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 6 DE JULHO DE 2021, ÀS 18H58MIN.

Seriam 600 mil reais para a Farmácia Básica, mais 1 milhão e 200 seria para o repasse aos municípios na atenção básica e 50% daquela lei ia para a Secretaria de Saúde para pagamento de dívida, fornecedores, inclusive salários dos servidores da saúde.

Com a nova redação que estava na lei que veio para cá... E aí foi um trabalho de todo esse conjunto de Parlamentares, Deputado Sebastião Rezende, com a contribuição também de Vossa Excelência, Cattani. Aqui quero agradecer também o Deputado Elizeu, que veio, procurou, correu atrás.

Nós mudamos a redação, em vez de ficar 50% para a saúde, 50% para assistência social, nós mudamos e alteramos por determinação e pedido da Assembleia, que primeiro eram 70%, então, para a saúde e 30%. Nós colocamos na redação: 80% vão para a saúde pública e 20% para ação social, mas em vez de ficar só os 20% ou 40%, que ficariam o mesmo valor de 1 milhão e 200; nós alteramos para as filantrópicas 60%.

Hoje, se arrecadar os mesmos 6 milhões, vão para os hospitais filantrópicos, em vez de 1 milhão e 200, 2 milhões e 880 mil. Tudo dando errado, diminuindo ainda arrecadação, nós vamos ter um acréscimo de 50% a 60% a mais aos hospitais filantrópicos.

Então, nós vamos valorizar muito os hospitais filantrópicos nessa nova redação trabalhada por vários colegas Deputados aqui. E vai continuar... Vai tirar a transferência para a farmácia e vai aumentar o percentual de 40% dos 80% para as prefeituras, que, em vez de receber 1 milhão e 200 na mesma linha... (TEMPO ESGOTADO)... Na mesma linha de arrecadação dos 6 milhões, em vez de receber 1 milhão e 200, as prefeituras vão receber 1 milhão e 920 mil reais. Quer dizer, vai dar um incremento também para as prefeituras.

Então, essa lei traz um benefício tanto aos hospitais filantrópicos, que, se tudo continuasse igual, aumentaria de 50% a 70% os seus repasses. Aqui está um exemplo na Santa Casa de Rondonópolis, temos vários colegas Deputados lá de Rondonópolis que estão defendendo, Sebastião, Thiago, Delegado Claudinei, Deputado Nininho, todos aqui, mas só vejo incremento que vai dar.

Além disso, nós estamos mudando a redação, também colocando por procedimentos, por produção, significa que o hospital que produzir mais vai receber um acréscimo maior ainda, um exemplo, a filantrópica de Sinop não pode receber o mesmo valor da filantrópica da Santa Casa de Rondonópolis, tem que ser mais a Santa Casa de Rondonópolis que a filantrópica de Sinop, e é isso que nós estamos defendendo nessa lei, é uma lei importante de ser aprovado pelo Parlamento Estadual.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Obrigado, Deputado Dilmar, inclusive parabenizar o senhor, os Deputados que trabalharam esse substitutivo, que faz justiça tributária, chega de cobrar de vários para cobrar das grandes, de poucas grandes. Então, sem sombra de dúvida, é uma justiça tributária importante que é feita.

Deputado Ulysses, vai discutir?

O SR. ULYSSES MORAES – Só para discutir.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – É o último dessa discussão, depois vamos para as Explicações Pessoais.

O SR. ULYSSES MORAES – Presidente, uma coisa que tem que ficar muito claro nesta Casa Legislativa, acredito eu que nenhum dos Deputados aqui são contrários aos hospitais filantrópicos e reconhecem o trabalho fantástico que muitos deles fazem, inclusive a Santa Casa de Rondonópolis, mas nós temos que deixar claro que o Governo foi irresponsável nessa pauta e desorganizado, uma vez que inclusive esse fundo já até venceu.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA 42ª SESSÃO ORDINÁRIA REMOTA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
19ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 6 DE JULHO DE 2021, ÀS 18H58MIN.

Esse fundo foi criado no momento de déficit fiscal do Estado de Mato Grosso, em que o Estado não tinha caixa, e mudou a realidade, isso foi há 3 anos, quando isso foi criado. Hoje, nós estamos falando de um Estado que tem, que recebeu, no ano passado, mais de 5 bilhões de reais e que deixou de gastar um recurso que veio da Lava Jato, por exemplo, de 79 milhões, que era para combate da pandemia.

E disse que esse recurso não deveria ser utilizado na saúde, provavelmente porque a saúde já tinha muito recurso, e pediu para que isso fosse utilizado no combate aos incêndios. O que o Governo está fazendo nessa pauta aqui, tem que ficar muito claro para a sociedade mato-grossense, é que ele está utilizando os hospitais filantrópicos de reféns.

O Governo está sendo ardiloso, infame, está sendo vil, baixo, extremamente baixo, colocou os hospitais filantrópicos de reféns, querendo colocar os Deputados desta Casa contra os hospitais filantrópicos, baixa atitude do Governo, baixa, baixa e baixa.

Então, isso tem que ficar muito claro na Assembleia Legislativa, que não dá para aceitar esse tipo de atitude por parte do Governo do Estado.

Muito obrigado.

EXPLICAÇÃO PESSOAL
(NÃO HOUVE EXPLICAÇÃO PESSOAL.)

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a presente Sessão, lembrando que dia 3 de agosto é a volta do recesso. (LEVANTA-SE A SESSÃO.)

(PARTICIPARAM DA SESSÃO OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS: BLOCO ASSEMBLEIA FORTE - EDUARDO BOTELHO, ULYSSES MORAES, DR. JOÃO, DILMAR DAL BOSCO, SEBASTIÃO REZENDE, NININHO, XUXU DAL MOLIN, ROMOALDO JÚNIOR, DR. GIMENEZ, PAULO ARAÚJO, CARLOS AVALLONE, THIAGO SILVA E WILSON SANTOS; BLOCO RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA - VALDIR BARRANCO, PROFESSOR ALLAN KARDEC, JOÃO BATISTA DO SINDSPEN, DELEGADO CLAUDINEI E LÚDIO CABRAL; BLOCO PARLAMENTARES UNIDOS - FAISSAL, MAX RUSSI, ELIZEU NASCIMENTO, VALMIR MORETTO E GILBERTO CATTANI. DEIXOU DE COMPARECER O SEGUINTE SR. DEPUTADO: DR. EUGÊNIO.)

Revisada por:

- Eunice José de Souza;
- Solange Aparecida Barros Pereira.